

HISTÓRIA DO 13º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

HISTORY OF THE 13TH GOIÁS MILITARY POLICE BATTALION

Eduardo Cavalcanti Henrique¹

Leon Denis da Costa²

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de apresentar a história do 13º Batalhão da Polícia Militar de Goiás, no qual possui um excelente desempenho de atuação em sua área desde a sua criação, no ano de 1994. De forma prática, foi feito um estudo de campo das atividades exercidas pelo 13º BPM para comprovar seus resultados. Realizou-se uma abordagem histórica e documental para arrematar registros e documentos sobre a Unidade. Com isso, é nítida e excepcional a performance profissional do 13º Batalhão, onde a unidade comprovou uma melhora no bem-estar da região Noroeste da capital goiana.

Palavras-chaves: Batalhão; resultados e performance.

ABSTRACT

The present work consists of describing the history of the 13th Battalion of the Military Police of Goiás which has had an excellent performance in its area since it's creation in 1994. In a practical way a field study of the activities was carried out by the 13th Battalion to prove it's results. A historical and documentary approach was carried out to collect records and documents about the Unit. Therefore the professional performance of the 13th Battalion is clear and exceptional where it demonstrated an improvement in the well-being of the Northwest region of the capital of Goiás.

Keywords: Battalion; results and performance.

1 INTRODUÇÃO

Em 1994, foi criado o 13º Batalhão de Polícia Militar de Goiás, o qual é a unidade responsável pela execução do policiamento preventivo e ostensivo da região Noroeste de Goiânia, localizado no bairro Jardim Liberdade. Trazendo índices positivos para a região, o 13º Batalhão vem colecionando bons resultados em prol da segurança pública da cidade. Exercendo uma forte atuação ao combate do uso e vendas de entorpecentes, diminuição da criminalidade,

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças 2023, Turma Delta Goiânia, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: eduardohenri510@gmail.com

² Tenente-Coronel, PMGO. Professor titular da Especialização em Polícia em Segurança Pública. Especialista em Gerenciamento de Segurança Pública e Mestre em Sociologia. E-mail: leondenis1978@gmail.com

realização de diversos patrulhamentos preventivos e ostensivos, apreensões de armas, drogas e veículos furtados, o 13º Batalhão de Militar de Goiás, juntamente com sua história, tornou-se de suma importância para a segurança pública da capital goiana.

Ademais, este tema possui relevância para que seja constatada a atuação de destaque do 13º Batalhão, demonstrando sua história, contexto de criação, evolução com o passar dos anos e atuação contra a criminalidade no geral, esclarecendo índices de produtividade no combate a diversas categorias criminais. Visando assim, uma região mais segura e sólida para os seus ocupantes.

Posteriormente, manifesta-se o interesse em esclarecer a história deste Batalhão para trazer não somente a sua importância, mas também seus efeitos na ordem pública, na sua criação e desempenho no cotidiano junto com a sociedade. Em que contexto esse Batalhão foi fundado e como se desenvolveu com o passar dos anos? Quais foram os principais acontecimentos desde a sua fundação até a sua atualidade? Qual a conjuntura atual que se encontra a Unidade? Estes e outros questionamentos serão abordados para trazer a trajetória do 13º Batalhão de Polícia Militar de Goiás.

Nesse contexto, faz-se necessário revisar sinteticamente a origem da Polícia Militar no Brasil e o contexto de criação da Polícia Militar em Goiás. De igual modo, descrever a história do Batalhão a partir dos documentos institucionais e de relato de policiais militares. E por conseguinte, utilizar a metodologia de registro de imagens atuais da unidade, suas insígnias, área geográfica de atuação e suas principais contribuições para a segurança pública. Esses dados serão obtidos através de uma visita técnica ao campo do 13º Batalhão de Polícia Militar de Goiás.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 DEFINIÇÃO DE POLÍCIA

É de fundamental relevância começar enfatizando a definição de polícia. Por ter uma vasta diversidade na sua história pelo mundo, o seu conceito torna-se complexo e bem variável. Para isso, iremos expor algumas definições importantes para melhor compreensão do tema.

De acordo com o cientista político David Bayley (2001), a definição básica aplicada para polícia é o conceito de pessoas que são autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro desse grupo através da aplicação de força física. Essa tese é consolidada

pelo autor em três partes essenciais: força física, uso interno e autorização coletiva. Para Bayley (2001), a competência exclusiva da polícia é o uso da força física, seja ela por real ou ameaça, tendo como objetivo, afetar o comportamento. A distinção de polícia se dá não pelo uso da força, mas pela autorização de exercê-la. O sociólogo Egon Bittner (1974) afirmava que o policial, no entanto está equipado, autorizado e requisitado para lidar com exigências em que a força deva ser usada para contê-la.

De acordo com o David (2001), a fixação do uso interno é essencial para excluir os exércitos. Simultaneamente, quando as formações militares são usadas para manter a ordem dentro da sociedade, as mesmas seriam vistas como força policial. Efetivamente, as instituições militares devem ser separadas da força policial (Bayley 2001).

Como terceiro ponto, David (2001) aborda que a autorização por um grupo é um elemento fundamental para trazer a definição de policial. Uma polícia não se cria sozinha; a mesma está dependente a unidades sociais, nas quais derivam sua autoridade. Naturalmente, acreditamos que a polícia é criada pelo Estado, sendo que essa afirmação é no mínimo restritiva. Existem vários grupos sociais que a autorizam de forma legítima, onde suas variações acontecem em diversos países. Dentre os mais importantes, o autor cita famílias, tribos, clãs, grupos de interesse e comunidades territoriais. Sendo assim, o Estado não é a única comunidade legítima de criar uma força policial (Bayley 2001).

Contudo, Bayley (2001) define o termo *polícia* com os seguintes atributos: força física, âmbito interno e autorização social. Todos eles precisam estar presentes para que haja uma determinação de polícia, sendo também úteis para a análise da evolução da mesma (Bayley 2001).

Já Jean Claude Monet (2001), um dos maiores eminentes analistas europeus da segurança pública, afirma que o termo *polícia* remete a uma organização burocrática particular, que se inspira na pirâmide das organizações militares e no recorte funcional das administrações públicas, onde a hierarquia e disciplina são considerados aspectos chaves. A polícia, de forma objetiva, é uma instituição singular em razão da posição central que a mesma ocupa no funcionamento político de uma coletividade. Em resumo, o autor faz uma associação entre a polícia e a soberania do Estado sobre seu território, onde a polícia pública é um sinal da presença de um Estado soberano e de sua capacidade de fazer com que prevaleça a sua razão (Monet, 2001).

E também, a definição da Grande Enciclopédia de 1910, onde afirma que a polícia é definida por suas funções de manutenção da ordem e da proteção das pessoas e dos bens contra atos ilegais. Com isso, o autor sustenta a dificuldade de definir o que de fato é polícia. (Monet,

2001).

O sociólogo Bittner (2003), declara que o papel da polícia é tratar de todos os tipos de problemas humanos quando sua solução necessita do uso da força física naquele momento. Há profissões que também utilizam dessa força de maneira legal, entretanto, não possuem tal ação por um proveito de uma instituição. É o caso, por exemplo, de boxeadores e de guardas de prisão. Por isso, os mesmos não podem ser intitulados de policiais. O que diferencia os policiais dessas outras categorias de profissionais é que o seu privilégio nesse domínio não é limitado a um grupo específico, como é o caso dos guardas de prisão que só podem exercer sua força física em seu ambiente de trabalho: a prisão. Diferentemente, a força policial é exercida de múltiplas formas e em vários ambientes e situações. Dessa forma, o autor conclui dizendo, que a função policial é, desempenhar a coerção física na ordem interna para manter a ordem e a segurança, sobretudo, aplicando as leis e regularizando conflitos (Bittner, 2003).

Grande parte das pesquisas que abordam o tema *polícia*, preocupam-se basicamente com aspectos políticos. A polícia é identificada como uma corporação de indivíduos patrulhando nos ambientes públicos (usando uniformes) com o objetivo de sanar o crime, mantendo a ordem e exercendo funções negociáveis com o serviço social. Tal definição é dada por Robert Reiner (2004), que afirma ser necessário diferenciar o conceito de polícia e policiamento. O primeiro termo, refere-se a um determinado tipo de instituição social. Enquanto o segundo, implica um conjunto de processos com funções sociais específicas. Nem toda cidade, por exemplo, existe “polícia”, entretanto, o policiamento é uma necessidade tratando-se de qualquer ordem social ou lugar (Reiner 2004).

Afinal de contas, por quem o policiamento pode ser executado? De acordo com o autor (2004), essa ação é exercida por profissionais empregados pelo Estado em uma organização com um mandato. As funções policiais, podem ser exercidas por cidadãos voluntários em organizações policiais estatais. De igual modo, também podem ser por corporações independentes, entre outros casos. Na modernidade, as funções de policiamento eram feitas como um subproduto de outras relações sociais, também por cidadãos “voluntários” ou empregados privados. As tarefas do policiamento aparecem em emergências, normalmente com a presença de algum elemento de conflito social em potencial. Robert (2004) mostra que a polícia pode postular seus “poderes” legais para resolver os casos, de igual modo, também podem recorrer a outras formas de manter a paz, como a força legitimada. O ponto chave da polícia não possui como foco a função social da mesma, mas sim em ser a fonte de especialistas para a monopolização da força legítima.

Todavia, tal declaração não foi feita para implicar que todo policiamento gire em torno

do uso da força. De maneira resumida, Reiner (2004) define que o policiamento é uma configuração dos processos de controle social, que ocorre em todas as situações sociais, onde possuem um conflito em potencial, desvio ou desordem. Bem como abrange vigilância para descobrir inflações existentes ou previstas, e a ameaça da ordem social (Reiner 2004).

Por fim, o autor (2004) finaliza afirmando que a polícia se desenvolveu como uma forte instituição na sociedade moderna. O mesmo se refere a polícia como “missionários domésticos”, onde esses, encaram desafios perante o Estado, a fim de propagar e proteger uma concepção dominante – não afirmando que as polícias são meras ferramentas do mesmo. De forma geral, as forças policiais têm se caracterizado pelo poder arbitrário facilitado pela natureza básica do trabalho policial como distribuidor de seus exercícios (Reiner 2004).

Contudo, é nítida a dificuldade de definir com precisão a definição do termo *polícia*. Possuindo diversas pluralidades abordadas, é possível considerar “modelos” de polícias para assim poder considerar que foram historicamente revelados de forma pertinente, mesmo considerando tantas evoluções ocorridas nos últimos tempos.

2.2 SURGIMENTO DAS POLÍCIAS MILITARES NO BRASIL

Junto com a definição do que de fato é polícia, também precisamos compreender e conhecer a evolução histórica do surgimento da mesma, trazendo assim, suas origens. Essa instituição participa ativamente, inclusive como protagonistas, da evolução humana em diversos momentos históricos do Brasil e no mundo.

As coordenadoras e autoras Maria Cecília de Souza Minayo, Edinilsa Ramos de Souza e Patrícia Constantino (2008), trazem uma abordagem ao surgimento da Polícia Militar no Brasil. Nascendo de uma inspiração da organização das corporações europeias, a Polícia Militar traz como principal conceito para a criação dessas corporações a ideia de segurança pública como um serviço indispensável pelo Estado, referente à garantia de direitos e assentamento da autoridade. No Brasil, a partir do século XIX, foram criadas corporações policiais destinadas a serem soluções para a insatisfação pública da sociedade, trazendo consigo o uso da força e intervenções descontínuas do exército e dos intendentos a vista dos conflitos sociais. Em 1808, a história da Polícia Militar teve seu início na cidade do Rio de Janeiro com a vinda da família real. Dom João VI tinha como objetivo traçar uma polícia eficiente para ir contra os espões franceses da época, entretanto, não pretendia usá-la como um mecanismo para combater os crimes comuns. Sua ideia era determinar uma figura policial que desse um amparo à Corte,

apresentando informações sobre o comportamento da sociedade e preservasse as ideias da Revolução Francesa. Esse corpo policial imposto por João VI, iria prestar uma cobertura política, além de dar a origem à estrutura básica da atividade policial no Brasil com tarefas como: obras públicas, segurança pessoal e coletiva, ordem e vigilância da população, investigação de crimes e punição de criminosos. (MINAYO, SOUZA, CONSTANTINO, 2008).

A polícia brasileira passou por diversos experimentos institucionais. As forças policiais foram criadas, alteradas e extintas com o passar dos anos. Tais transformações ocorreram entre quatro diferentes eras: Império, Primeira República, Era Vargas e Regime Militar. O autor Arthur Trindade Maranhão Costa, aborda detalhadamente cada um desses períodos. (COSTA, 2004).

O primeiro período, denominado Império, passado pelos anos de 1822 a 1889, obteve a criação das forças policiais, que foi condicionado pelas disputas políticas entre o poder central e as lideranças locais da época. Em 1824, foi criada a Intendência-Geral de Política da Corte com o objetivo de cuidar do abastecimento da capital e trazer a manutenção da ordem. Foi designada também a investigação dos crimes e a captura de criminosos. O intendente-geral de polícia ocupava o cargo de desembargador, possuindo então, amplos poderes. Ainda em 1824, o autor (2004) traz a figura da Constituição, que criou o juiz de paz, eleito pela população. Este desempenhava as tarefas do cargo anterior. Mais tarde, em 1832, o Código de Processo Penal deu ênfase à função ao definir as suas competências. Desde então, o juiz de paz teve como característica uma grande mudança na estrutura de dominação política. Por serem eleitos pelo povo, os mesmos ficavam sob influência das lideranças locais, tendo assim um papel essencial frisando o fortalecimento da política local. Posteriormente, no ano de 1841, esses juizes foram substituídos por funcionários de polícia nomeados pelo governo central. Depois, as funções policiais foram separadas das funções judiciais por conta da reforma do Código de Processo Penal em 1871. Ainda no mesmo século, Arthur Trindade (2004) traz a criação da Guarda Real de Polícia, criada em 1809. Tal instituição, foi organizada de forma militarizada e possuía diversos poderes para manter a ordem, tendo como característica a violência e a brutalidade. Por conta disso, com o passar do tempo, a mesma entrou em extinção e em seu lugar foi criado o Corpo de Guardas Municipais Permanentes, estando, pois, subordinado ao ministro da justiça. Entre tantos acontecimentos, o autor (2004) destaca a realidade social e econômica do país, trazendo traços marcantes, como a mão de obra escrava, uma sociedade rural e o recrutamento militar obrigatório. Na prática, as atividades policiais eram baseadas por consequência dessas práticas, sendo a captura de escravos fugitivos, repressão aos tumultos de rua, roubos, entre

outros (COSTA, 2004).

A Primeira República, vivida entre os anos 1889 a 1930, foi marcada pela Proclamação da República, trazendo consigo uma nova ordem política e reorganização do aparato repressivo estatal. Consequentemente, trouxe características como a abolição da escravidão, a instauração de um federalismo descentralizado e o crescimento urbano, reinterpretando então, o trabalho da polícia. Um dos primeiros aspectos trazido pelo autor (2004), foi do aumento da vigilância policial, além da reforma do Código Penal e de outras inovações dentro do controle social. Essa reorganização trouxe apreensão entre os governos estaduais e o governo central. A solução para este problema foi trazer a centralização do controle das polícias para os governantes estatais. O autor (2004) traz o exemplo da força pública do estado de São Paulo, que conquistou grandes poderes, podendo até se opor militarmente às tropas federais. Sendo, pois, a primeira instituição militar brasileira a receber uma missão estrangeira e a possuir sua primeira aviação (COSTA, 2004).

Em 1930, ocorreu o golpe de Estado dando o fim a Primeira República e trazendo então a Era Vargas, que durou até o ano de 1945. Getúlio Vargas inaugura uma nova ordem política marcado por um Estado fortemente centralizado em um plano federativo e autoritário. Com isso, a polícia foi drasticamente afetada e resultou-se em mudanças, como os próprios delegados sendo exonerados e substituídos por pessoas do ciclo de confiança do regime. Também foi criada, em 1933, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DEPSP). Logo depois, em 1935, foi aprovada a lei que estabeleceu crimes contra a ordem política e social. Por conseguinte, em 1936, foi criado o Tribunal de Segurança Nacional (TSN) designado a julgar os crimes contra a ordem política. No ano de 1946, por fim, ocorreu o fim do regime autoritário de Vargas e a organização policial foi novamente reformada. O autor (2004) conclui proferindo que o controle das polícias foi devolvido aos governantes, entretanto, o sistema de vigilância foi mantido (COSTA, 2004).

O Regime Militar, ocorrido entre 1964 e 1985, foi um golpe militar que trouxe como consequência o fim da democracia. As polícias então, passaram a ser controladas pelas Forças Armadas. A Constituição de 1967 conservou as polícias militares como forças auxiliares do Exército. Entretanto, as guardas civis foram extintas e agregadas às militares, que passou a ser a única força policial designada ao patrulhamento ostensivo das cidades. Ainda no mesmo ano, foi decretada a Lei de Segurança Nacional (LSN) com o objetivo de detalhar os diversos crimes contra a segurança nacional. Com o fim do Regime Militar, Arthur Trindade (2004) conclui que a maioria dos efeitos desse período foram desfeitos, entretanto, boa parte das estruturas policiais foram mantidas. A Constituição de 1988 manteve as relações entre polícia e Exército e

assegurou que os civis e militares estariam sob o controle dos governantes, regularizando assim, a legislação federal (COSTA, 2004).

Observamos ao longo da evolução histórica, que as instituições policiais foram fortemente concentradas na segurança pública no Brasil e na defesa do Estado. Hoje, conforme prevista na Constituição (Art. 144 § 5º), os policiais militares atuam basicamente em duas funções essenciais, sendo: policiamento ostensivo e preservação da ordem pública.

2.3 POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

No ano 1736, segundo SOUZA (1999), chega em Goiás com o primeiro destacamento militar, denominado Regimento de Dragões, descendente do estado de Minas Gerais. Este é caracterizado pelo autor (1999) da seguinte forma:

Corpo exemplar, com integrantes fisicamente perfeitos, inteligentes, educados, honestos e muito bem recompensados pelo Governo. O Regimento era assim constituído: 1 Capitão, 1 Tenente, 1 Alferes, 1 Furriel, 1 Tambor, 3 Cabos de Esquadra e 37 Soldados. Cabia-lhes a segurança interna, a vigilância das fronteiras, o patrulhamento intensivo da região diamantífera (Rio Claro/Piões), o transporte dos quintos, a arrecadação dos dízimos e dos impostos (SOUZA, 1999, p. 25).

De modo contíguo ao Regimento dos Dragões, operavam também o Corpo Auxiliar e as Ordenanças. O primeiro, era responsável pela vigilância e proteção da Província. Já o segundo, era encarregado a combater os contrabandistas, vigiar a cadeia, fazer ronda, entre outras atividades. Por conseguinte, a partir do ano 1770, os Dragões foram de forma gradativa sendo substituídos por terem apresentado pouco desempenho nas suas funções. Sendo assim, foram trocados pelos Regimentos Regulares de Cavalaria Auxiliar, onde as pessoas eram convocadas à força para representar através do serviço no período de 16 anos (SOUZA, 1999).

Em 1858, o presidente da província de Goiás, Dr. Januário da Gama Cerqueira, aprovou a Resolução nº 13, na qual criava a Força Policial de Goiás. Com essa criação, vários civis foram admitidos para o policiamento local. O autor (1999) evidencia esses civis tendo estes uma disciplina precária, não possuíam garantias, recebiam do governo apenas uma pequena diária e ajuda de custo, não possuíam fardamento e nem armas privativas (SOUZA, 1999).

De acordo com o Pomer (1983), o Paraguai era rico na produção de algodão, matéria-prima básica para a indústria inglesa, e também dominava o comércio na Bacia do Prata, trazendo assim, um impedimento na utilização dos rios, que inclusive, davam acesso ao Mato Grosso. Em 1865, o Paraguai invadiu o Mato Grosso e o norte da Argentina, fazendo assim, com que os governos de ambos os países se unissem, juntamente com o Uruguai, e criassem a

Tríplice Aliança. Com isso, o 16º Corpo de Voluntários da Pátria foi ao Mato Grosso sob o comando do Tenente-coronel do Exército Brasileiro, Joaquim Mendes Guimarães. Após estar completo, foi chefiado pelo Major do Exército em comissão, Manuel Batista Ribeiro Faria, que introduziu ao 20º Batalhão de Linha. Dessa forma, foram convocados na Província de Goiás 427 homens distribuídos entre seus respectivos cargos. Desse número, somente 276 prosseguiram para a luta na condição de recrutas. Estes goianos tiveram uma valiosa participação nesse evento. Apesar de não participarem do contato direto contra os paraguaios, os recrutas ficaram responsáveis pelo fornecimento de víveres das tropas (POMER, 1983).

Em 1870, a Guerra do Paraguai chegou ao fim e trouxe como consequência a urgência para resolver os assuntos internos da Província. Um desses problemas era a descentralização administrativa e o policiamento local, que, durante a guerra, passaram a ficar precários, em virtude do Exército que se retirou das questões internas da Província, abandonando o cargo da Força Policial da Província de Goiás. Mais tarde, em 1874, o governo de Antero Cícero de Assis trouxe a Resolução Provincial nº 520, onde fixava a Força Policial de Goiás. Pomer (1983) afirma que essa resolução não alterou em nada o contexto da Força Policial e acabou ganhando um novo regulamento, onde passou a ser chamada de Companhia Policial de Goiás. Esta, em 1884, através do Dr. Camilo Augusto Maria de Brito, passou por mais uma reorganização. Desta vez, a denominação de Força Policial voltou e foi nomeado o seu primeiro Comandante para iniciar o seu desenvolvimento (POMER, 1983).

Com a Proclamação da República, em 1889, deu-se início a uma nova fase política, onde o Estado passou a ter mais autonomia, em consequência disso, as polícias passaram a se habituar às novas demandas impostas pelo novo regime e pela nova Constituição. Souza (2003), afirma que essas forças policiais se fortaleceram e se tornaram em exércitos por conta do reflexo da autonomia estadual (SOUZA, 2003, p.26). O começo do século XX o Estado teve um alto crescimento e passou por diversas mudanças, trazendo assim o início da militarização da polícia e a criação de novas leis (Souza 2003).

O estado de Goiás teve um forte crescimento, tanto populacional, quanto econômico. Dessa forma, a Corporação teve a necessidade de acompanhar esse processo, trazendo então, a expansão de diversas unidades na capital goiana e no interior do estado. Essa expansão foi gradativa e caminhava de acordo com a necessidade. Marconi Perillo assumiu o governo de Goiás no ano 2000 e estabeleceu uma comissão de oficiais para realizar um estudo aprofundado sobre a descentralização de comandos. Este estudo teve como consequência a formação de um documento que efetivou uma nova metodologia na corporação, que tinha como objetivo trazer a extinção, transformação, unificação e criação de órgãos do Estado. Com isso, foi deliberada

a descentralização do Comando de Policiamento do Interior e da Capital. Essa descentralização trouxe consigo a permissão para que o policial militar se deslocasse com agilidade, consequentemente fazendo com que os problemas fossem identificados e administrados de melhor forma, tratando cada um com a sua devida particularidade. Esse novo aspecto permitiu que o Coronel tivesse o poder de decidir e resolver os problemas da sua esfera de atuação, trazendo assim uma maior segurança pública para a população goiana. (SOUZA, 2003).

3 METODOLOGIA

A pesquisa ocorrerá através de uma abordagem histórica e documental. O método histórico permitirá uma análise cronológica e contextualizada dos fatos, à medida que a abordagem documental se agrupar na coleta e análise de fontes primárias e secundárias pertinentes. O objetivo é propor um estudo de campo com visita ao 13º Batalhão da Polícia Militar de Goiás arrematando cópias de documentos institucionais, registros fotográficos e demais arquivos referentes à fundação da Unidade. Também se tem como propósito colecionar informações junto aos policiais militares que trabalharam na época de fundação e atualmente. Além disso, se fará uma abordagem quantitativa, com o objetivo de trazer entrevistas com policiais militares. Por fim, para assinalar o contexto atual, pretende-se fazer o registro de imagem da unidade, junto com as suas insígnias e também da área geográfica de atuação operacional.

Com isso, para realizar uma análise intrínseca sobre a história do 13º Batalhão da Polícia Militar de Goiás, foram realizadas 5 perguntas para 5 policiais com o objetivo de reunir materiais sobre as atividades desenvolvidas pela Unidade. Estes foram escolhidos com o critério de estarem lotados no 13º Batalhão e com vastos anos de experiência. Também foi considerado o critério consolidado pelo autor Bayley (2001), onde o mesmo define polícia em três partes essenciais: força física, uso interno e autorização coletiva, características possuídas pelos determinados policiais. Estes dados foram colhidos no mês de Outubro do ano de 2023 através de gravações, que foram transcritas para dar aptidão a entrevista.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme os dados obtidos na pesquisa de campo no 13º Batalhão da Polícia Militar de Goiás, o quartel é subordinado diretamente ao Comando do Policiamento da Capital – CPC. A história começa com a transferência do Batalhão de Anápolis para Goiânia e ativado,

conforme Art. 1º e 2º da Portaria nº 659-PM/058 – PM/1 do dia 08 de Novembro de 1994, foi sediado no anexo da antiga CIPMF, conforme a Portaria nº 715 - PM / 063 - PM/1 de 08 de dezembro de 1994 e tinha como 1ª Cia, a "Companhia de Policiamento Escolar".

Na época, o Batalhão tinha como missão o policiamento do entorno de Goiânia, excetuando os municípios de Aparecida de Goiânia e Senador Canedo. Após ter sua missão redimensionada, o 13º BPM assumiu como primeira sede o local onde funcionava o BPM Florestal, na Avenida do Povo, Lote 01, Quadra 05, Bairro Floresta, região Noroeste de Goiânia, também denominada de área S-4, local que atualmente abriga a Base de Apoio Operacional da Unidade. Em seguida, a sede do 13º BPM foi transferida para o prédio do 22º CIOPS, na Avenida do Povo, Praça Airton Senna, no Jardim Curitiba II, na mesma região. Desde julho de 2018 a sede da UM funciona no prédio cedido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, na Rua VMB-1, com as Ruas VMS e VMR, no Jardim Liberdade, Goiânia, GO.

Durante a história do 13º BPM sua área de atuação foi dividida, criando a 27º CIPM – Companhia Independente de Polícia Militar com a sede na Praça de Esportes no S. Itamaracá, (onde atualmente é a sede do BPM Terminal) posteriormente, a 27ª CIPM foi extinta retornando à área de atribuição de policiamento do 13º BPM, abrangendo toda a área da AISP 2. O Batalhão é denominado de "1º Tenente Daniel Martins da Mata" em homenagem ao Oficial que tombou em combate e teve como primeiro Comandante o Tenente Coronel PM Antônio Alves da Silva. A área de atuação do Batalhão é a Região Noroeste de Goiânia e abrange atualmente cerca 132 Bairros. O 13º BPM possui o Policiamento Ordinário, Policiamento Comunitário, Policiamento Comercial, Policiamento de Parque e Praças e Patrulhamento Tático.

A seguir, serão expostas as categorias de análise desenvolvidas em conformidade com os objetivos definidos para este estudo, com base nas informações obtidas nas entrevistas.

4.1 RESPONSABILIDADES E ÁREAS DE ATUAÇÃO

O 13º Batalhão se faz presente nas mais diversas áreas, se fixando de forma principal na região Noroeste, porém, sendo considerado nas regiões Oeste e Norte baseado em alguns órgãos administrativos da capital goiana.

Nós abrangemos mais de 130 bairros desde a região Oeste, Noroeste e Norte da capital. Consideramos também o setor Oeste, pois outros órgãos da administração pública municipal estadual consideram que setores, como

Capuaba e João Vaz, não pertencem ao Noroeste. Ao mesmo tempo, alguns órgãos consideram o bairro Balneário pertencente ao setor Norte. Por isso, nós da Polícia Militar do 13º Batalhão, temos nossa área de atuação começando desde a divisa do 38º Batalhão, do 9º Batalhão, do 42º Batalhão, até a Companhia Independente. (resposta do policial nº 1)

Hoje nós temos aproximadamente 130 bairros, chegando a ter, em nosso efetivo, mais de 90 policiais. Nossa área de atuação se inicia no bairro Passeio das Águas até o outro município, abrangendo a região Perimetral e chegando em Goianira, estendendo a região de Mutirão e Curitiba. Nossa maior atuação tem sido o investimento contra o crime, que está, desde o início do ano, com índices elevados. (resposta do policial nº 2)

4.2 ATIVIDADES COMUNS REALIZADAS

As atividades de policiamento da Polícia Militar do 13º Batalhão são bem definidas, trazendo assim, um alto índice de resultados positivos na região atuante. Dentre os policiais entrevistados, as atividades foram listadas por eles de maneira concordante, sendo baseadas em abordagens a bares e distribuidoras, atendimentos de ocorrências, combate ao furto, policiamento comunitário e vigilância de veículos.

Nosso papel constitucional é o policiamento preventivo e ostensivo, que se estende por bloqueios diários, abordagens a bares e distribuidoras, realização de serviços solidários e atendimentos de ocorrências, que são naturais do serviço do policial militar. (resposta do policial nº 1)

Atualmente, as atividades mais comuns exercidas pela nossa Unidade são as abordagens de veículos nas praças, a fim de controlar os veículos com problema de trânsito e diminuir o índice de furtos da região. De igual modo, o controle da população em bares e distribuidoras, que é considerada de risco pelos seus efeitos. E também, a atividade de vigilâncias feita nos pontos dos estacionamento, serviço que é feito pelo menos 5 vezes ao dia de maneira pré-selecionada. (resposta do policial nº 5)

A atividade operacional sempre foi a abordagem, entretanto, de 2007 para frente, foi iniciado o trabalho de polícia comunitária. Mesmo assim, a abordagem em bares e distribuidoras continuou sendo a principal atividade realizada pelos policiais militares. (resposta do policial nº 3)

A atividade mais comum é o combate ao furto, sendo em comércios, nas residências, na população etc. Possuindo também, um aumento em atendimentos à denúncias nos casos de Maria da Penha, que, infelizmente, teve sua estatística elevada nos últimos anos. (resposta do policial nº 4)

4.3 RECURSOS DISPONÍVEIS NA ÉPOCA

Antigamente, os recursos utilizados pela Polícia Militar eram bem escassos. Questões como o armamento e veículos deixavam muito a desejar entre os policiais. Com o passar dos anos, estes recursos foram levados a sua devida importância, e, hoje, possuem seu devido

reconhecimento.

Na minha época, os recursos eram bastante precários: possuíam poucas viaturas, o armamento era fraco e o efetivo era bem reduzido. (resposta do policial nº 1)

Desde que eu entrei no 13º Batalhão até hoje, os recursos melhoraram bastante. Porém, antigamente, em toda a polícia os recursos eram bem limitados. O armamento, por exemplo, era bastante precário. Já atualmente, o armamento e as viaturas são excelentes. (resposta do policial nº 2)

4.4 LEGADO

Sem dúvidas, o 13º Batalhão é uma Unidade extremamente conceituada e respeitada por toda a capital goiana pelos seus resultados e índices positivos de atuação. Trazendo sempre reconhecimento aos seus policiais, o quartel vem colecionado memórias positivas de seus profissionais e comprovando cada vez mais que o comprometimento destes conquista a aprovação da população.

Se não fosse a vivacidade que o efetivo 13º desempenha na sua atuação, com certeza os índices de criminalidades seriam altamente elevados. Hoje, nós vivemos uma relativa tranquilidade referente aos esforços do Batalhão. Infelizmente, os crimes nunca irão cessar, entretanto, com um excelente comprometimento e profissionalismo, podemos e estamos, diminuindo ao máximo esses índices. (resposta do policial nº 5)

O nosso legado se baseia nos nossos policiais, que, extraem o seu máximo para trazer o melhor resultado para a região Noroeste da cidade. Já tivemos muitos profissionais que foram para a Reserva e alguns até faleceram, mas acima de tudo, houve e ainda há, muita luta para termos os resultados que temos hoje. (resposta do policial nº 2)

4.5 EXPERIÊNCIAS E HISTÓRIAS MEMORÁVEIS

Ao contrário do que muitos pensam, a Polícia Militar não realiza apenas serviços “brutais” contra o crime, mas também exercem atuações de zelo e cuidado com as mais diversas pessoas. Ser policial não significa tratar as ocorrências com frieza, mas entender, que acima de tudo, a vida de pessoas depende do seu trabalho. Felizmente, os policiais do 13º Batalhão colecionam histórias, onde puderam com empatia, mudar destinos e salvar a população da sua região dos mais diversos problemas.

Recentemente, recebi uma ocorrência que me marcou bastante e trouxe um excelente reconhecimento para a Polícia Militar: uma mulher de 20 anos, aparentemente drogada, jogou uma criança no chão e foi denunciada por conta dos seus gritos. Com a chegada dos policiais, a mulher não conseguia se

comunicar e só usava palavras desconexas, porém, os profissionais ouviram o choro da criança e resolveram arrombar a porta. Com isso, a mulher não largou a criança afirmando que havia alguém na casa (o que não era o caso), precisando assim, ser imobilizada e algemada. Ao ser separada da criança, esta demonstrou gratidão aos policiais e ficou fazendo carinho em um deles. Esta cena ficou reconhecida de forma positiva ao demonstrar o cuidado e selo dos policiais com o indefeso. (resposta do policial nº 1)

No ano de 2021, eu e um colega fomos informados a respeito de uma casa que estava com um início de incêndio. Nós nos dirigimos até o local, e, antes de chegar, já informamos ao Corpo de Bombeiros sobre o incidente. Ao chegar no local, os vizinhos nos orientaram, que, ao fundo da residência, havia um fogão com bujão de gás que estava ocasionando o problema. Eu e meu colega arrombamos o portão, pois não havia ninguém na casa, e retiramos os eletrodomésticos para evitar uma grande explosão. Em seguida, iniciamos um processo de controle do fogo com uma mangueira de jardim e com baldes de água até a chegada dos Bombeiros, onde afirmaram que, se não fosse esta iniciativa, ocasionaria em um grave acidente tanto na residência, quanto nos vizinhos. Essa ocorrência recebeu grande destaque na mídia e eu, junto com meu parceiro, recebemos uma medalha de atuação. (resposta do policial nº 2)

Atual sede do 13º BPM/CPC, situada no Jardim Liberdade.



Imagem coletada na pesquisa de campo feita no 13º BPM/CPC.

Brasão da 13º BPM/CPC.



Brasão coletado na pesquisa de campo feita no 13º BPM/CPC.

Figura Mapa de atuação do 13º BPM/CPC.

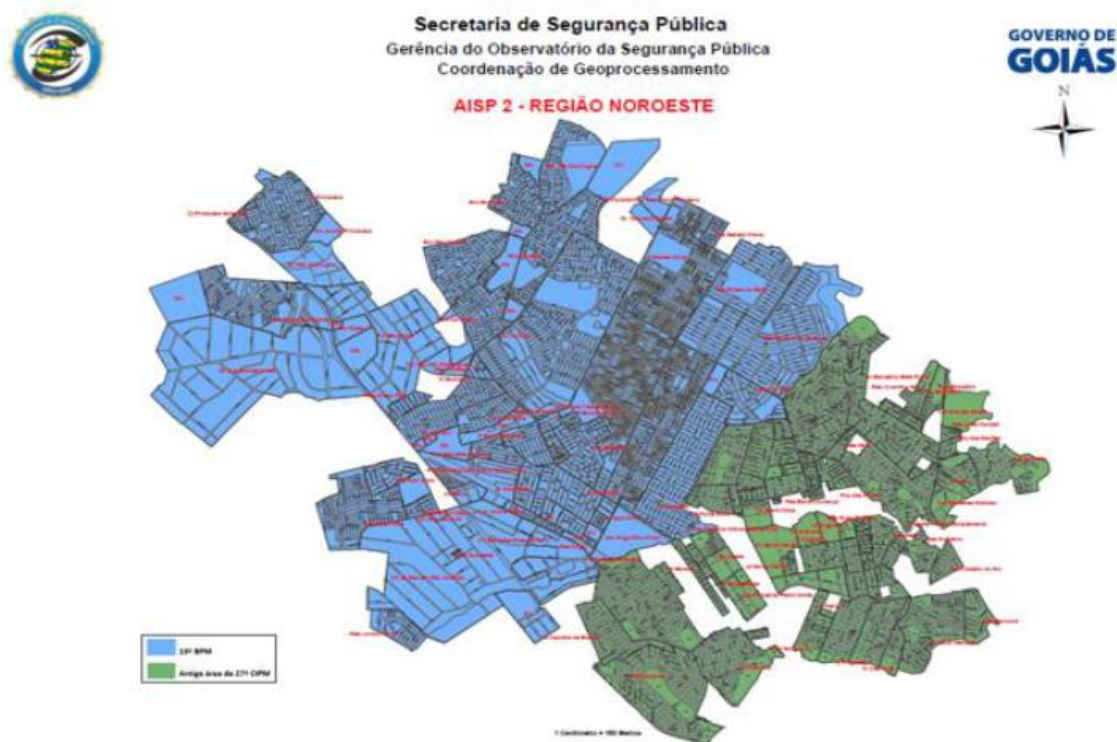


Figura mapa coletada na pesquisa de campo feita no 13º BPM/CPC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, conclui-se que o 13º Batalhão da Polícia Militar de Goiás influenciou positivamente a região Noroeste da cidade de Goiânia. O Batalhão, localizado no bairro Jardim Liberdade, combateu com honra a criminalidade, a venda e o uso de entorpecentes, furtos, entre outros delitos. Além de, realizar patrulhamentos preventivos e ostensivos e apreender armas e

drogas, tornando-se destaque no bem estar e na segurança pública da capital goiana. De forma secundária, também foi identificado serviços solidários, atendimento de ocorrências, abordagens de veículos, controle populacional em bares e distribuidoras, entre outros serviços operacionais.

Foi observado também, pelos dados obtidos na visita de campo, uma grande evolução nos recursos policiais para a execução de tais atividades, como as viaturas e armamentos, que antes, eram precários e limitados. Com o passar do anos, os dados mostraram uma melhora significativa nos resultados da região, tendo como consequência o avanço destes recursos.

O estudo revelou uma grande satisfação da população pelos profissionais do 13º Batalhão, frisando sempre reconhecimento e admiração pelos seus serviços. Estes mostraram-se capazes de exercer com excelência o seu trabalho, buscando sempre trazer o melhor para a sociedade da região Noroeste. Com essa forte aprovação, é fácil identificar o êxito dessa equipe no trabalho realizado, que com o passar dos anos, vem formando cada vez mais policiais devidamente capacitados e qualificados.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento**. 2. Ed. Edusp: São Paulo, 2001.

BOBBIO, Norbert, **Dicionário de Política**. 1. Ed. UnB: Brasília, 2008

BRITO, José Caetano. **Monografia A Evolução Histórica da Polícia Militar de Goiás: Uma Proposta Bibliográfica**. 1. Academia de Polícia Militar de Goiás: Goiânia, 1991.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **Entre a Lei e Ordem**. 1. Ed. FGV: Rio de Janeiro, 2004.

MINAYO, Maria Cecília; SOUZA, Edinilsa; CONSTANTINO, Patrícia. **Missão Prevenir e Proteger**. 1. Ed. Fiocruz: Rio de Janeiro, 2008.

MONET, Jean Claude. **Polícias e Sociedades na Europa**. 2. Ed. Edusp: São Paulo, 2006.

MUNIZ, Jaqueline de Oliveira. **A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional**. 1. Ed. Security and Defense Studies Review: Rio de Janeiro, 2001.

PEREIRA, Elio Gomes. **O Ensino na Academia da Polícia Militar de Goiás: Matrizes Curriculares – Mudanças e Permanências 1970-2012**. 1 Ed: Gráfica e Editora América LTDA: Goiânia, 2014.

POMER, León. **Sarmiento: Política**. 1 Ed. Atica: São Paulo, 1983.

REINER, Robert. **A Política da Polícia**. Livro 11 da série: “Polícia e Sociedade”. 1 Ed.
Edusp: São Paulo, 2004.

SOUZA, Cibeli. História da Polícia Militar de Goiás. **O anhanguera**. 1. Ed. Grafopel Gráfica e
Editora: Goiânia, 1999.

APENDICÊ A

ROTEIRO PARA ENTREVISTA -- HISTÓRIA DO 13º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

Objetivo da pesquisa: entender a história e o cotidiano dos policiais militares do 13º Batalhão da Polícia Militar de Goiás.

1. Quais eram as principais responsabilidades e áreas de atuação desse quartel?
2. Quais eram as atividades de policiamento mais comuns realizadas pelo quartel?
3. Quais eram os recursos disponíveis para a unidade na época em termos de pessoal, veículos, armamento e equipamentos?
4. Como você vê o legado do quartel da Polícia Militar em Goiás, considerando seu tempo de serviço e a evolução da unidade ao longo dos anos?
5. Pode compartilhar alguma experiência ou história memorável que tenha vivenciado durante seu tempo no quartel?

APENDICÊ B

RESPOSTAS DA ENTREVISTA -- HISTÓRIA DO 13º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

Objetivo: trazer as repostas dos policiais militares do 13º Batalhão da Polícia Militar de Goiás sobre a entrevista.

1. Nós abrangemos mais de 130 bairros desde a região Oeste, Noroeste e Norte da capital. Consideramos também o setor Oeste, pois outros órgãos da administração pública municipal estadual consideram que setores, como Capuaba e João Vaz, não pertencem ao Noroeste. Ao mesmo tempo, alguns órgãos consideram o bairro Balneário pertencente ao setor Norte. Por isso, nós da Polícia Militar do 13º Batalhão, temos nossa área de atuação começando desde a divisa do 38º Batalhão, do 9º Batalhão, do 42º Batalhão, até a Companhia Independente. (resposta do policial nº 1)

Hoje nós temos aproximadamente 130 bairros, chegando a ter, em nosso efetivo, mais de 90 policiais. Nossa área da atuação se inicia no bairro Passeio das Águas até o outro minicípio, abrangendo a região Perimetral e chegando em Goianira, estendendo a região de Mutirão e Curitiba. Nossa maior atuação tem sido o investimento contra o crime, que está, desde o início do ano, com índices elevados. (resposta do policial nº 2)

2. Nosso papel constitucional é o policiamento preventivo e ostensivo, que se estende por bloqueios diários, abordagens a bares de distribuidoras, realização de serviços solidários e atendimentos de ocorrências, que são naturais do serviço do policial militar. (resposta do policial nº 1)

Atualmente, as atividades mais comuns exercidas pela nossa Unidade são as abordagens de veículos nas praças, a fim de controlar os veículos com problema de trânsito e diminuir o índice de furtos da região. De igual modo, o controle da população em bares e distribuidoras, que é considerada de risco pelos seus efeitos. E também, a atividade de vigilâncias feita nos pontos dos estacionamento, serviço que é feito pelo menos 5 vezes ao dia de maneira pré-selecionada. (resposta do policial nº 5)

A atividade operacional sempre foi a abordagem, entretanto, de 2007 para frente, foi

iniciado o trabalho de polícia comunitária. Mesmo assim, a abordagem em bares e distribuidoras continuou sendo a principal atividade realizada pelos policiais militares. (resposta do policial nº 3)

A atividade mais comum é o combate ao furto, sendo em comércios, nas residências, na população etc. Possuindo também, um aumento em atendimentos à denúncias nos casos de Maria da Penha, que, infelizmente, teve sua estatística elevada nos últimos anos. (resposta do policial nº 4)

3. Na minha época, os recursos eram bastante precários: possuíam poucas viaturas, o armamento era fraco e o efetivo era bem reduzido. (resposta do policial nº 1)

Desde que eu entrei no 13º Batalhão até hoje, os recursos melhoraram bastante. Porém, antigamente, em toda a polícia os recursos eram bem limitados. O armamento, por exemplo, era bastante precário. Já atualmente, o armamento e as viaturas são excelentes. (resposta do policial nº 2)

4. Se não fosse a vivacidade que o efetivo 13º desempenha na sua atuação, com certeza os índices de criminalidades seriam altamente elevados. Hoje, nós vivemos uma relativa tranquilidade referente aos esforços do Batalhão. Infelizmente, os crimes nunca irão cessar, entretanto, com um excelente comprometimento e profissionalismo, podemos e estamos, diminuindo ao máximo esses índices. (resposta do policial nº 5)

O nosso legado se baseia nos nossos policiais, que, extraem o seu máximo para trazer o melhor resultado para a região Noroeste da cidade. Já tivemos muitos profissionais que foram para a Reserva e alguns até faleceram, mas acima de tudo, houve e ainda há, muita luta para termos os resultados que temos hoje. (resposta do policial nº 2)

5. Recentemente, recebi uma ocorrência que me marcou bastante e trouxe um excelente reconhecimento para a Polícia Militar: uma mulher de 20 anos, aparentemente drogada, jogou uma criança no chão e foi denunciada por conta dos seus gritos. Com a chegada dos policiais, a mulher não conseguia se comunicar e só usava palavras desconexas, porém, os profissionais ouviram o choro da criança e resolveram arrombar a porta. Com isso, a mulher não largou a criança afirmando que havia alguém na casa (o que

não era o caso), precisando assim, ser imobilizada e algemada. Ao ser separada da criança, esta demonstrou gratidão aos policiais e ficou fazendo carinho em um deles. Esta cena ficou reconhecida de forma positiva ao demonstrar o cuidado e selo dos policiais com o indefeso. (resposta do policial nº 1)

No ano de 2021, eu e um colega fomos informados a respeito de uma casa que estava com um início de incêndio. Nós nos dirigimos até o local, e, antes de chegar, já informamos ao Corpo de Bombeiros sobre o incidente. Ao chegar no local, os vizinhos nos orientaram, que, ao fundo da residência, havia um fogão com bujão de gás que estava ocasionando o problema. Eu e meu colega arrombamos o portão, pois não havia ninguém na casa, e retiramos os eletrodomésticos para evitar uma grande explosão. Em seguida, iniciamos um processo de controle do fogo com uma mangueira de jardim e com baldes de água até a chegada dos Bombeiros, onde afirmaram que, se não fosse esta iniciativa, ocasionaria em um grave acidente tanto na residência, quanto nos vizinhos. Essa ocorrência recebeu grande destaque na mídia e eu, junto com meu parceiro, recebemos uma medalha de atuação. (resposta do policial nº 2)